

A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA E DO ENSINO MÉDIO NA PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA HISTÓRICO CRÍTICA

Sebastiana Daiane Albino de Andrade¹; Keuly Tomaz de Aguiar²; Adriana e Silva Sousa Carvalho³

¹Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcap), daianealbino@gmail.com

²Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), keulytomaz123@gmail.com

³Doutora em Educação, docente do Curso de Pedagogia na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), silva_adriana@uvanet.br

Introdução

Pensar sobre a função social do ensino médio exige, antes de tudo, refletir sobre o próprio sentido da educação e o papel que a escola ocupa na sociedade. Isso porque a educação não acontece de forma espontânea ou neutra; ela é um processo histórico e intencional. Como afirma Saviani (2011), a especificidade da educação escolar está na transmissão e na socialização do saber sistematizado, isto é, dos conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade. Dessa forma, a escola assume a responsabilidade de possibilitar às novas gerações o acesso a esse patrimônio científico, contribuindo para a formação humana em sua totalidade.

Então, quando voltamos o olhar para o ensino médio, percebemos que essa etapa da educação básica não pode ser reduzida a uma preparação técnica para o trabalho ou a um simples caminho para o ingresso no ensino superior. A partir dos fundamentos da Pedagogia Histórico-Crítica, desenvolvida por Saviani (2011), compreende-se que a escola deve atuar como mediadora entre o estudante e os conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos acumulados ao longo da história. Assim, o Ensino Médio precisa favorecer também a compreensão crítica da realidade social.

Além disso, discutir a função do ensino médio implica reconhecer que a escola pública está inserida em um cenário marcado por disputas e contradições. Oliveira (2022) ressalta que a função social da escola envolve tensões, pois diferentes projetos de sociedade atravessam o espaço escolar. Em alguns momentos, prevalece uma lógica voltada à adaptação às exigências do mercado; em outros, fortalece-se na defesa de uma educação comprometida com a democratização do conhecimento e com a emancipação dos sujeitos.

Diante dessas considerações, torna-se fundamental reafirmar a função social da escola na perspectiva histórico-crítica: garantir o acesso ao saber elaborado como condição para que os estudantes possam compreender a sociedade em que vivem e atuar nela de forma consciente.

Assim, refletir sobre a função do ensino médio em uma perspectiva contra hegemônica é também defender uma educação que contribua para a formação de sujeitos críticos, capazes de participar ativamente da transformação social. Tal problemática de pesquisa se justifica se considerarmos que o ensino médio vem sofrendo diversas transformações que tem esvaziado o seu sentido, como a reforma proposta pela Lei nº. 13.415/2017. Como afirmam Ramos e

Frigotto (2023), trata-se de uma regressão desta etapa da educação básica que acontece através da condução de um processo de ensino feito com base na fragmentação e no pragmatismo.

Importante notar, ainda, que a recente reorganização do ensino médio tem se delineado a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que tem sua ênfase na formação de competências, se sustenta não na difusão do conhecimento científico, mas no desenvolvimento de capacidades socioemocionais; numa filosofia pragmática e utilitarista, ignorando a produção histórica e humanizadora do conhecimento (Santos e Orso, 2020).

Desse modo, estabelecemos aqui como objetivo compreender a função social do ensino médio na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica. Trata-se de um estudo importante considerando o contexto de desmonte do ensino médio que visa atender as demandas do regime da acumulação flexível.

Metodologia

A pesquisa desenvolvida é de caráter qualitativo, de natureza bibliográfica, conforme a definição de Gil (2010), buscando compreender a função a função social da escola e do ensino médio, pois, para isso, exige-se aprofundamento teórico e reflexão crítica acerca das produções acadêmicas que fundamentam essa discussão.

A investigação parte da compreensão de que a educação é uma prática social historicamente situada, atravessada por disputas e projetos societários distintos. Desse modo, o referencial teórico-metodológico fundamenta-se na Pedagogia Histórico-Crítica, sistematizada por Saviani (2011), que concebe a escola como espaço de mediação responsável pela socialização do saber sistematizado. Também, nos apoiamos em Saviani (2011), ao discutir a natureza e a especificidade da educação, reforçando que a função própria da escola é garantir às novas gerações o acesso ao conhecimento elaborado historicamente.

Para aprofundar a reflexão acerca da função social da escola, dialogamos ainda com Saviani (2016), ao discutir a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no qual problematiza a organização curricular e questiona quais interesses orientam as reformas educacionais, retomando como questão central: qual é, de fato, a função social da escola? Essa discussão permite compreender que o currículo não é neutro, mas expressão de um projeto de formação humana.

No que se refere especificamente ao ensino médio, incorporamos as contribuições de Frigotto (2005), ao analisar concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio, que problematiza as transformações no mundo do trabalho e seus impactos sobre essa etapa da educação básica. A partir dessa perspectiva, buscamos refletir sobre a seguinte questão norteadora: qual é a função social do ensino médio? A análise evidencia a tensão entre uma formação voltada às demandas imediatas do mercado e uma formação comprometida com a emancipação humana e a compreensão crítica da realidade.

Também, dialogamos com Oliveira (2022), que discute as tensões e desafios da função social da escola pública, contribuindo para ampliar a compreensão das contradições que atravessam o cenário educacional brasileiro.

Portanto, o percurso metodológico consistiu na leitura, seleção e análise crítica das obras mencionadas, organizando categorias centrais como: função social da escola, função social do ensino médio, currículo, trabalho, formação humana e emancipação. A partir dessas categorias, desenvolveu-se uma reflexão articulada entre os referenciais teóricos e o contexto contemporâneo da educação brasileira.

Resultado e Discussão

A Pedagogia Histórico-Crítica compreende a educação como mediação da prática social (Saviani, 2011). Para essa perspectiva, a função social da escola não é apenas adaptar o indivíduo à sociedade hegemônica, mas possibilitar o acesso aos conhecimentos científicos, permitindo que o sujeito possa compreender e transformar a realidade a qual está inserido.

Sendo assim, para Saviani (2011, p. 13), “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Essa definição afasta a educação de uma visão individualista e fragmentada e evidencia que escola existe para que a geração atual compreenda e atue como interventora de sua própria realidade, superando a condição de senso comum. Desse modo, Saviani (2011, p. 14) sintetiza que “a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular.”

Saviani (2016, p. 58) evidencia que “o papel da escola democrática será, pois, viabilizar a toda a população o acesso à cultura letrada consoante o princípio que enunciei em outro trabalho segundo o qual, para se libertar da dominação, os dominados necessitam dominar aquilo que os dominantes dominam”.

Portanto, a função social da escola na Pedagogia Histórico-Crítica é profundamente política e emancipatória. Negar este acesso ao conhecimento científico à população, sob o discurso elitista, é na prática, somente perpetuar a desigualdade e a dominação. A escola pública de qualidade é um direito e deve ser utilizada como um instrumento de luta.

Nessa perspectiva, o ensino médio, etapa final da educação básica, não pode ser confundido como um mero adestramento para o mercado de trabalho. Para Frigotto (2005), a educação virou um campo de disputa no contexto do capitalismo globalizado:

É nesse embate de concepções de sociedade e trabalho que se insere a disputa pela educação como uma prática social mediadora do processo de produção, processo político, ideológico e cultural. De forma resumida, podemos afirmar que as reformas educacionais dos anos 90, mormente a orientação que balizou o decreto 2208/96 e seus desdobramento, buscam uma mediação da educação às novas formas do capital globalizado e de produção flexível. Trata-se de formar um trabalhador ‘cidadão produtivo’, adaptado, adestrado, treinado, mesmo que sob uma ótica polivalente. (Frigotto, 2005, p.10).

Portanto, Frigotto (2005) evidência como a formação dos trabalhadores deixou de ser pensada como um processo de emancipação humana e passou a ser subordinada às necessidades do mercado, pois, ao priorizar o adestramento e a polivalência como respostas as demandas do capital, ignora-se a formação crítica e cultural dos sujeitos. O trabalhador é formado para ser flexível e subordinado, mas não é ensinado a compreender a estrutura que o domina e muito menos para questionar a lógica que o subordina. Essa perspectiva, ao mesmo tempo que atende às necessidades dos trabalhadores passivos e adaptáveis, esvazia a educação de seu potencial emancipador.

Nessa mesma perspectiva, Saviani (2014) propõe que o ensino médio se organize por um domínio amplo do mundo do trabalho (politecnia) e não com a profissionalização estreita. A politecnia visa, portanto, desenvolver todo o potencial humano, permitindo o sujeito

compreender o processo produtivo em seus fundamentos científicos e não apenas em como operar saberes de uma determinada profissão.

Contudo, a realidade do ensino médio brasileiro está muito distante desse ideal. Krawczyk (2011) e Oliveira (2022) revelam um cenário de contradições e disputas. A expansão ao acesso ao ensino médio, que deveria ser um passo para a democratização, tem ocorrido de forma precarizada. Krawczyk (2011) afirma que o crescimento do ensino médio tem ocorrido em um sistema educacional pouco estruturado e ainda despreparado para atender adequadamente os jovens, especialmente os com mais vulnerabilidade social. Segundo a autora, não houve uma verdadeira democratização do acesso a essa etapa da educação, mas sim uma massificação desse processo, marcada pela precariedade e uma oferta desvinculada das necessidades e interesses dos estudantes. Para ela, essa precarização se expressa na evasão, na falta de sentido da escola e na dificuldade de articular a formação com o mundo do trabalho cada vez mais difícil e instável.

Desse modo, a promessa de mobilidade social por meio educacional se esbarra no desemprego estrutural.

Além disso, as políticas educacionais recentes, como a reforma do Ensino médio (Lei nº 13.415/17) e a BNCC, são alvo de críticas por representarem um atraso em relação à perspectiva histórico-crítica. Oliveira (2022) critica o fato de que um tema tão relevante para a educação básica foi discutido de forma rápida e com pouca participação dos professores destacando que o processo ocorreu de maneira autoritária e impositiva no contexto político atual.

A crítica de Oliveira (2022) se estende aos efeitos práticos da implementação, que apontam para um esvaziamento do trabalho docente e um retrocesso ao tecnicismo. A proposta de itinerários formativos e a ênfase em competências e empreendedorismo na reforma do ensino médio e na BNCC contrariam frontalmente o princípio da politecnia. Em vez de uma base sólida, que oferece uma formação básica para poucos e uma formação rápida e focada em competências para o mercado de trabalho para a maioria.

Conclusões

Os resultados mostram que, na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, a função social da escola e, portanto, do ensino médio, consiste em socializar o saber científico, munindo a classe trabalhadora de instrumentos para a luta pela emancipação humana.

Contudo, os estudos evidenciam que a realidade do ensino médio brasileiro enfrenta profundas contradições entre as determinações do capital e a necessidade da emancipação humana. Tal fato se consolida sobretudo, a partir das últimas reformas que esvaziam e fragmentam essa etapa de ensino, substituindo as bases da politecnia pelo tecnicismo. Também, é preciso considerar que a expansão do acesso ao ensino médio tem ocorrido de forma precarizada, dificultando a proposição de uma educação fundamentada em um projeto contra hegemônico.

Por fim, reafirmamos que insistir no estudo do ensino médio no contexto da Pedagogia Histórico-Crítica é enfrentar a onda de esvaziamento que a escola pública vem enfrentando nos últimos tempos. Igualmente, é reafirmar que temos que lutar por uma escola rica de conteúdos capaz contribuir com a transformação social.

Palavras-Chave: Função Social da Escola; Ensino Médio; Pedagogia Histórico-Crítica.

Referências bibliográficas

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 57-82.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KRAWCZYK, Nora. Reflexão sobre alguns desafios do ensino médio no Brasil hoje. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 144 set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/mq5QhqMxcsdJ9KfDZjqLmtG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 nov. 2025.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **Educação escolar no Brasil: análises críticas e perspectivas de democratização**. Brasília, DF: Anpae, 2022.

RAMOS, Marise Nogueira; FRIGOTTO, Gaudêncio. A contrarreforma do ensino médio: dupla traição aos jovens da escola pública. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Ensino médio no Brasil e sua (im)possibilidade histórica: determinações culturais, econômicas, políticas e legais**. Rio de Janeiro: UERJ/LPP; São Paulo: Expressão Popular, 2023. p. 209-251.

SANTOS, Silvia Alves dos; ORSO, Paulino José. Base Nacional Comum Curricular – uma base sem base: o ataque à escola pública. In: MALACHEN, Júlia; MATOS, Neide da Silveira Duarte de; ORSO, Paulino José. **A Pedagogia Histórico-Crítica, as Políticas Educacionais e a Base Nacional Comum Curricular**. Campinas-SP: Editora Autores Associados, 2020. p.161-178.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia Histórico-Crítica. **Revista RBBA**, v.3, n. 2, p. 13-36, dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/download/1403/1212/>. Acesso em: 11 nov. 2025.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento-Revista de Educação**, Niterói, n. 4, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32575/18710>. Acesso em: 11 nov. 2025.